

Quo Vadis Europa?

As eleições legislativas de junho passado realizaram-se num momento crucial do processo de construção europeia, tendo em conta os desafios económicos, políticos e sociais que o nosso continente terá de enfrentar nos próximos anos. Muitos destes desafios são analisados no nosso dossier da *Informação Mensal* dedicado ao tema. Desde a perda de competitividade num mundo sujeito a uma reconfiguração das cadeias de valor e das relações entre blocos económicos, aos desafios financeiros que estarão envolvidos no reforço de uma política de defesa em plena transição energética, sem esquecer os desafios ligados ao alargamento e a necessidade de reforçar o quadro institucional.

Se a Europa só avança em tempos de crise, como ficou demonstrado nos últimos 15 anos com os fundos das ONGs (Covid) ou a supervisão única (crise financeira), a oportunidade é imbatível tendo em conta o atual contexto geopolítico internacional exigente. Este momento *Zeitenwende* (ponto de viragem ou mudança de era), numa expressão recentemente utilizada por Macron e Scholz, deve ser encarado de forma ambiciosa para lançar as bases da união económica e política para as próximas décadas. A alternativa é hesitar, duvidar, adiar decisões, um regresso do avatar hamletiano que representou a União Europeia muitas vezes ao longo da sua história, como Timothy Garton Ash nos lembrou no seu excelente «Europa, uma história pessoal». E o risco desta inação é a «morte da Europa» tal como a conhecemos hoje, como o Presidente da República Francesa deixou claro nas últimas semanas, não sem algum drama.

Por conseguinte, a solução para os desafios, como quase sempre, é mais, e não menos, Europa. Manter o ritmo de transferência de soberania para as instituições europeias, conscientes de que o progresso na união orçamental ou política enfrentará forças centrífugas de todo o tipo, numa altura em que o próximo alargamento complicará todo o quadro institucional (e financeiro). Neste contexto, o leque de questões económicas prioritárias para avançar na UEM não é muito diferente do que existia antes das eleições europeias de 2019: concluir a união bancária com um fundo europeu de seguro de depósitos, promover a união dos mercados de capitais e a integração dos mercados de serviços, reforçar o papel do euro como moeda de reserva internacional ou criar um ativo europeu isento de risco. É verdade que a situação tem sido exigente, atrasando os progressos em questões estruturais que exigiam um elevado grau de consenso, mas é cada vez mais importante fechar potenciais vias navegáveis se quisermos fazer progressos na União Económica e Monetária. Entretanto, no

horizonte surge um trilema de política económica que deve ser abordado a médio prazo, composto por três eixos: nova política de segurança e defesa, autonomia estratégica aberta e transição energética. Um enorme desafio financeiro que obrigará a recompor o quadro plurianual de financiamento e a enquadrar-se nos limites que o novo Pacto de Estabilidade poderá implicar, tendo em conta que os cofres europeus estão esgotados depois de terem de acomodar os últimos choques de oferta sofridos nos últimos anos, como comprovam os atuais rácios da dívida pública na UE-27 (82,6%) ou na UEM (89,9%). Muitos desafios terão, por conseguinte, de ser enfrentados com uma margem de manobra orçamental limitada e com um BCE que terá de adaptar a dimensão da sua carteira de dívida pública a um ambiente muito diferente daquele que justificou a utilização intensiva de instrumentos não convencionais.

Com a análise dos desafios a enfrentar coberta com a publicação dos Relatórios Letta e, em breve, a de Draghi (inovação, competitividade, escala, défice de poupança, segurança económica e de defesa, fornecimento de bens públicos europeus, etc.), resta começar a trabalhar. O grau de ambição da próxima legislatura determinará o peso da região num mundo irreversivelmente condenado a uma divisão em blocos, o que aumenta o risco de não reduzir a dependência energética ou tecnológica (chips, IA, etc.) ou de manter o crescimento numa área próxima da «estagnação secular». Os equilíbrios políticos na região não facilitarão a tarefa e poderão levar a que os próximos avanços sejam feitos a várias velocidades face à relutância de certas jurisdições em ceder mais soberania; entretanto, um novo alargamento, com uma complexidade não negligenciável, terá de ser abordado, tendo em conta os países envolvidos. Pode parecer que há demasiadas coisas em cima da mesa, mas a única coisa que não é permitida na encruzilhada que a Europa enfrenta é a paralisia e a complacência.